

¿QUEM É O AUTOR?

In all of Latin America we talk and talk about the regular. Todos e cada um dos nomes listados como autores de uma publicação científica têm de ser considerados igualmente responsáveis pelo conteúdo desta. Trata-se de um princípio ético geral que na teoria é plenamente aceito tanto pelos autores como pelas publicações, mesmo que com frequência alguns dos que estão incluídos não tenham contribuído em sua gestão e realização, e nem mesmo tenham lido o trabalho em que aparecem como autores. Algumas publicações e/ou instituições muito estritas exigem que se declare quais autores têm participado por igual ou em condições diferentes.

A ciência e a tecnologia atuais, em contraste com a situação imperante há um par de gerações atrás, quando eram exceção os trabalhos publicados com a rubrica de mais de dois autores, têm adquirido características tais que em muitas áreas os participantes de grupos de investigação são muito numerosos e, não poucas vezes, de diversas disciplinas. Isto é muito mais notório nas ciências naturais do que nas ciências sociais e humanas. A modalidade mais utilizada nos casos de autoria múltipla, embora não seja universal, é aquela na qual aquele que escreve o trabalho, e que geralmente dirige a realização das investigações, encabeça a lista, e aquele que exerce a liderança do grupo, aparece de último. A modalidade é apropriada, mas não é de aplicação universal e deixa espaço para dúvidas e questionamentos.

Nos casos de múltipla autoria, os autores devem designar de mútuo acordo um autor de correspondência, que assumirá o papel de pessoa responsável perante a revista e os leitores. Este autor, por sua vez, deveria se responsabilizar pelo trabalho de reunir todo o grupo a fim de discutir em profundidade o conteúdo do trabalho e assegurar que tenham revisado a forma e fundo do documento que será submetido.

Em muitas instituições onde publicar resulta indispensável para ser promovido e até para complementar o salário de professores e investigadores, muitos dos membros do laboratório

onde se realizou a investigação, ou da respectiva instituição, são incorporados na lista de autores sem que tenham contribuído significativamente na publicação. Para todos, esta será apenas mais um trabalho. Mas, no outro extremo, existem instituições onde o autor responsável, e somente ele ou ela, é reconhecido e até recebe uma compensação monetária.

O certo é que, desde que se estabeleceu a doutrina acadêmica de publicar ou perecer, amplamente difundida e aplicada na atualidade, a incorporação em listas de autores e a subdivisão de resultados em pequenas porções que dão origem a uma outra comunicação, têm se convertido nas principais estratégias para avultar os índices de produtividade individual e institucional. Isto ocorre sem que ele represente benefício algum para a comunidade científica e nem para a sociedade.

O papel dos corpos editoriais das revistas e dos árbitros deve ser um guia determinante. Desde aí se apreciam irregularidades que não tem justificativa e cuja retificação deve ser exigida em todos os casos. Nos referimos, por exemplo, ao retiro ou inclusão de autores uma vez arbitrado e aceito um trabalho, ou a erros e defeitos que claramente não existiriam se determinado autor houvesse lido com atenção o trabalho em questão.

São numerosos os casos onde se detecta que um corpo professoral permite que os estudantes preparem os manuscritos a serem submetidos sem exercer controle algum sobre a forma e fundo dos conteúdos. Dessa maneira permitem que, utilizando seus nomes como coautores, sejam submetidos para publicação, trabalhos com defeitos importantes.

Uma opção interessante seria a de eliminar o conceito de autor de correspondência, indicando em todos os casos os endereços de correio eletrônico da totalidade dos coautores, o qual é certamente possível nesta era digital.

MIGUEL LAUFER
Diretor